

Educação, Formação e Emprego

(Cumprimentos aos presentes)

Encontrarmo-nos para debater o estado atual da educação ganha uma importância acrescida dada a aposta atual na formação e qualificação de uma forma geral e na formação e qualificação de jovens e adultos de uma forma mais particular. Contudo, a importância de debater o estado da educação ainda consegue superar essa dimensão se pensarmos na educação numa perspetiva de formação para a vida ativa, ou seja, numa perspetiva de emprego subsequente.

Mas antes de poder fazer algumas considerações sobre estas matérias, é necessário fazer previamente um pequeno esclarecimento de ordem epistemológica de modo a clarificar alguns conceitos e definir claramente como devem ser considerados nesta exposição.

A palavra **educação** deriva do latim **educare**, que significa literalmente “conduzir para fora” ou “direcionar para fora”. Este significado do termo (direcionar para fora) era empregado no sentido de preparar as pessoas para o mundo e viver em sociedade, ou seja, “conduzi-las para fora” de si mesmas, mostrando as diferenças que existem no mundo.

Nesta linha de pensamento, podemos associar a palavra ao processo de desenvolvimento do ser humano enquanto ser social e que, como tal, precisa de se preparar para viver em sociedade, com direitos, deveres, e de acordo com um código de regras e condutas.

Ora é essa forma de ver a educação que pretendo considerar aqui e por isso entendo que deverá estar associada a um conjunto de competências básicas que as crianças e jovens deverão possuir e dominar de forma a desenvolverem o seu espírito criativo e crítico e para poderem vir a ser autónomas e independentes no mundo que as rodeia.

Quanto à palavra **formação**, esta deriva do latim **formare**, cujo significado é “dar forma ou corpo a” e “ensinar algo a alguém”.

Assim, genericamente, pode dizer-se que formar consiste em aumentar e adequar o conhecimento e as habilidades dos alunos ou dos trabalhadores ao longo da vida. Em geral, existem três tipos de formação profissional:

A. a formação específica ou inicial, destinada aos alunos que decidem iniciar-se na vida ativa;

B. a formação ocupacional, para pessoas desempregadas que desejam reintegrar-se no mundo do trabalho;

C. a formação contínua, para os trabalhadores no ativo que querem adquirir maiores competências e que procuram atualizar permanentemente as suas capacidades, contribuindo assim para aumentar as possibilidades de empregabilidade.

Educação, Formação e Emprego

É no sentido de formação inicial que pretendo usar a palavra uma vez que pretendo associá-la ao conjunto de capacidades e conhecimentos, atitudes e valores que se pretendem transmitir ao longo de um processo de ensino/aprendizagem com jovens.

Sobre o termo **emprego**, este é usado para designar uma ocupação ou um ofício. Neste sentido é usado enquanto sinónimo de trabalho.

Durante milhares de anos, a forma predominante na relação das pessoas através do trabalho foi a escravidão. Tratava-se então de uma relação de propriedade.

Atualmente, a forma de emprego dominante é o trabalho assalariado (em relação de dependência) na qual o empregado, ou trabalhador, estabelece um contrato com a sua entidade empregadora, ou patronal, através do qual decidem o preço pelo qual será vendida a força de trabalho bem como as condições mediante as quais irá ser prestado o respetivo trabalho.

É neste sentido que pretendo usar o termo nesta comunicação.

Tendo por base este conjunto de definições, posso referir que a área de influência de cada um deles se enquadra num todo com alguns aspetos comuns e pontos de interseção que abarca toda a vida de qualquer ser humano.

Parece-me que estes conceitos podem ser considerados como etapas de um processo necessário e imprescindível na vida de todos nós. Etapas que, como referia anteriormente, mesmo com pontos comuns, devem ser vivenciadas em estádios de desenvolvimento específicos. Penso que posso então referir que cada conceito, mesmo com os aspetos semelhantes que acaba por partilhar com outros conceitos, também tem outros aspetos, específicos e próprios, que o tornam único. Posso ainda acrescentar que, entre os três conceitos, um dos aspetos partilhados é o facto de existir apenas uma sequência lógica entre eles: a **formação** deve ser precedida da **educação** e permitir a inclusão no mundo do trabalho, ou seja, deve ser antecessora do **emprego**.

Debrucemo-nos agora sobre cada um dos conceitos e comecemos pelo conceito de educação.

O sistema de ensino decorre em duas fases:

A. a fase do ensino pré-escolar e do ensino básico;

B. a fase do ensino secundário.

Estas fases da educação deverão servir de base à formação que deverá surgir em seguida, quer ao nível do ensino secundário através de cursos profissionais, quer ao nível do ensino superior, através de cursos de licenciatura, mestrado e doutoramento. Estas duas fases correspondem aos níveis de ensino em que está estruturado o sistema de ensino em Portugal: ensino pré-escolar, ensino básico (1.º, 2.º e 3.º ciclos) e ensino secundário. Com o alargamento da escolaridade

Educação, Formação e Emprego

obrigatória até ao 12.º ano ou até aos 18 anos de idade, as duas fases que apresento devem ser frequentadas por todas as crianças e jovens portugueses.

Na primeira fase (na fase do ensino pré-escolar e do ensino básico) as crianças deverão contactar com o máximo de áreas possível de forma a poderem experimentar várias temáticas e abordar diversas matérias. Através de formas de aprendizagem ativas e criativas que lhe permitam vivenciar experiências que possam contribuir para uma melhor assimilação de conceitos e conteúdos básicos, as crianças vão criando os alicerces para a construção da sua personalidade e do seu ser enquanto pessoa individual e única.

É nesta fase que os alunos deverão poder contactar em simultâneo com um conjunto de matérias que devem integrar um currículo comum e que facilitem a capacitação para determinadas áreas estruturantes como a fluência e o conhecimento da língua, o desenvolvimento do pensamento lógico-matemático, o conhecimento do meio ambiente envolvente (científico, histórico e cultural), etc.

Para além do que referi antes, deve ser num primeiro momento desta fase, sensivelmente até ao 6.º ano de escolaridade, que deve ser facultado às crianças o contacto com áreas desportivas e artísticas. Estas áreas, para além de poderem servir para as sensibilizar para atividades de carácter mais associado à componente lúdica do seu processo educativo, podem também facilitar o desenvolvimento de competências relacionadas com a cooperação e a colaboração, o espírito de equipa e a ajuda, a competição saudável, entre outras. Através da vivência de situações em que as crianças trabalham, de uma forma intrínseca, mas dissimulada, este tipo de valores, podem simultaneamente desenvolver o seu sentido de concentração e organização, criando hábitos, métodos e rotinas que podem usar dentro e fora da sala de aula. Consequentemente, poderão vir a ter melhores resultados na medida em que estas regras e condutas poderão até ser vistas como medidas de promoção do sucesso, uma vez que poderão ser facilitadoras da assimilação do conhecimento. É ainda de salientar que estas podem ser áreas a trabalhar como forma de estimularem o sentido ético e moral, assim como o sentido estético e contribuir para a formação do conceito de belo.

É depois dos alunos concluírem com sucesso o seu percurso ao nível do ensino básico que deverão fazer as suas escolhas quanto ao seu futuro, quer seja através da passagem para uma segunda fase, ainda ao nível de uma etapa no âmbito da educação (a fase do ensino secundário), ou através de uma via mais tecnológica e profissionalizante, que os transporta para uma nova etapa, a etapa da formação, escolhendo um curso profissional que vá ao encontro das suas motivações e dos seus interesses, que entretanto emergiram.

Debrucemo-nos então primeiro na segunda fase da educação (na fase do ensino secundário). Nesta fase, os jovens, já possuem uma maturidade alicerçada pelos saberes adquiridos durante a primeira, ou seja, nos saberes que adquiriram ao longo da frequência do ensino básico, mas ainda não estão preparados para frequentar os cursos que escolheram. Assim, é necessário

Educação, Formação e Emprego

aprofundarem os conhecimentos que já assimilaram e adquirirão novos conhecimentos que os preparem para a frequência com sucesso dos cursos por que optaram. Esta etapa da educação dos jovens poderá funcionar como que uma etapa propedêutica para o ensino superior e deverá permitir a frequência de áreas específicas que estejam relacionadas com as tipologias de cursos superiores existentes.

Vejamos agora a questão da formação.

Em meu entender, a formação deve ocorrer a dois níveis:

A. a nível do ensino secundário;

B. a nível do ensino superior.

Estes dois níveis da formação deverão facilitar a obtenção de um emprego. Por seu lado, esta formação deverá permitir o domínio de conhecimentos específicos para o exercício de uma profissão, quer seja de nível 4, através da frequência de um curso profissional, ou de nível superior.

O desenvolvimento do ensino profissional permite um salto de qualidade no encontro entre a escola e o mercado de trabalho. Julgo que também é evidente que a inserção desta modalidade no ensino secundário público tornou possível o seu crescimento exponencial. Mas vejamos de que forma.

Há dez anos, apenas 27 mil alunos frequentavam esta modalidade de ensino. Atualmente, este número ascende para valores superiores aos 91 mil. Destes, cerca de 60% frequentam cursos profissionais na escola pública, uma realidade potenciada pela reforma do ensino secundário, realizada em 2004, e que, recorde-se, possibilitou a integração desta modalidade, anteriormente remetida às escolas profissionais de carácter privado ou cooperativo, no ensino secundário público.

A tomada de decisão política de introduzir os cursos profissionais nas escolas públicas pela Sr.^a Ministra da Educação de então, Dr.^a Maria de Lourdes Rodrigues, veio contribuir para reduzir uma matriz que existia nas escolas secundárias, onde o ensino estava apenas direccionado para o prosseguimento de estudos de nível superior. Considerando que esta matriz potenciava o fenómeno do insucesso escolar e, conseqüentemente, agravava as desigualdades sociais, importa analisar como é que a diversificação de ofertas educativas no ensino secundário, concretamente a generalização dos cursos profissionais, tem contribuído para a mudança de perfil dos alunos.

O ensino secundário sofreu várias alterações ao longo dos anos e esses acontecimentos, essas mudanças, ajudam-nos a compreender a origem do ensino profissional. Hoje pode dizer-se que o ensino profissional é uma modalidade de educação direccionada para a integração no mercado de trabalho, sendo que a sua conclusão permite uma qualificação profissional bem como o diploma

Educação, Formação e Emprego

de conclusão do 12.º ano de escolaridade, e não impede o prosseguimento de estudos a nível superior.

É na lei de bases do sistema educativo (Lei n.º 46/86, de 14 de outubro) que é mencionado pela primeira vez num normativo que o ensino secundário, para além de ser um nível intermédio de estudos, propedêutico do ensino superior, também representa um grau de escolaridade de preparação para o mercado de trabalho. Desde modo, a referida lei reveste-se de uma elevada importância para a definição da dupla identidade do ensino secundário. Este nível de ensino organiza-se segundo formas diferenciadas, contemplando a existência de cursos predominantemente orientados para a vida ativa ou para o prosseguimento de estudos.

Assim, atualmente, os cursos profissionais são uma modalidade de educação de nível secundário que se caracteriza por uma forte ligação com o mundo profissional e destinam-se a indivíduos que tenham concluído o 9º ano de escolaridade ou equivalente e procurem um ensino mais prático e voltado para o mundo do trabalho. As aprendizagens têm em conta o desenvolvimento de competências para o exercício de uma profissão em articulação com o setor empresarial.

No que diz respeito à formação ao nível do ensino superior, a realidade, não sendo semelhante, tem pontos em que existe uma aproximação manifesta. Mas vejamos brevemente o que tem sido feito ultimamente neste nível de ensino.

Entre outros aspetos, é evidente que temos hoje um maior número de licenciados, mestres e doutores se tivermos por referência valores de há 25 anos atrás. Essa diferença, se obrigatoriamente tem que ser relacionada com o número de alunos que conseguiram completar os seus estudos a um nível superior, parece ser também consequência de diversas medidas que têm vindo a ser implementadas para tornar possível o acesso ao ensino superior a um maior número de jovens.

Assim, é uma realidade que, dos 50 000 alunos que frequentavam o ensino superior nos finais da década de 1970, Portugal passou a registar perto de 400 000 alunos, em 2011/2012. Contudo, nos últimos anos esse valor tem vindo a decrescer e em 2013/2014 encontravam-se inscritos no ensino superior apenas 362 200 alunos.

A realidade traduzida por estes indicadores representa um desafio novo para um sistema que pretende melhorar os níveis de qualificação da população portuguesa. Quando comparada com a média europeia (36,8%), a percentagem da população com ensino superior fica aquém em 7,6%. Face à meta definida pela União Europeia no Programa “Educação e Formação 2020” que pretende atingir, pelo menos, 40% dos cidadãos com idades compreendidas entre os 30 a 34 anos, a distância ainda é maior.

Foram alvitadas grandes reformas, como a reorganização da rede, que na minha opinião era necessária como forma de ajustar as ofertas formativas à realidade que se vivia com as limitações e condicionalismos que nos eram impostos, mas o caminho ainda é longo.

Educação, Formação e Emprego

Chegamos assim ao terceiro conceito: emprego.

A formação profissional (quer ao nível do ensino secundário, através dos cursos profissionais, quer ao nível do ensino superior) e os processos de passagem dos jovens do sistema de ensino (das instituições escolares) para o sistema produtivo (para o mercado de trabalho) têm constituído temas com um interesse de relevo ao nível da análise sociológica, bem como dos discursos e políticas governamentais de diversos governos.

Desde a década de 1970 que os países ocidentais têm vindo a ser palco de profundas transformações ao nível do mercado de emprego. Podemos referir inequivocamente que, por um lado, nos temos vindo a deparar com taxas de desemprego bastante elevadas que têm repercussões em diferentes categorias sociais que, pelas suas características e outros motivos, se encontram mais vulneráveis à dinâmica do sistema de emprego e em que podemos destacar o segmento jovem da população ativa. Por outro lado, temos assistido, cada vez mais, à proliferação de múltiplos cenários de precariedade e de instabilidade no emprego e, conseqüentemente, da relação salarial.

Associada ao decréscimo das necessidades de emprego, provocado por um mercado internacional cada vez mais exíguo para uma capacidade produtiva excessiva, a oferta de emprego direciona-se, fundamentalmente, para trabalhadores qualificados e polivalentes. Contudo, esta oferta, emanada do sistema produtivo, encontra-se por vezes desfasada da que provém do sistema de ensino, o que é pode ser gerador de tensão entre os dois sistemas.

Mas, voltemos ao início da comunicação.

Penso que esta contextualização nos permite então afirmar que a educação, a formação e o emprego são áreas que não podem ser abordadas e consideradas como compartimentos estanques pela sua interligação e interdependência. Porém, parece que nem sempre têm sido encaradas desta forma e isso tem vindo a criar uma *décalage* entre elas e a desligá-las da realidade educativa, formativa e laboral como um todo. Se alguns estudos apontam um pouco neste sentido, é importante que se comece urgentemente a redefinir trajetórias e orientar o rumo da educação e da formação, ou seja, das ofertas educativas em geral e, muito em especial, das ofertas educativas relacionadas com a formação mais virada para um contexto real de trabalho efetivo. Quero crer que esse sentido possa rapidamente ser invertido e que as motivações e interesses dos alunos possam pesar nas suas escolhas.

A formação deve servir de facto para uma integração no mercado de trabalho e por isso o ensino profissional só pode fazer sentido no ensino secundário. Só após o domínio pelos alunos de competências básicas, adquiridas durante o seu percurso escolar ao nível do ensino básico, é que estes podem escolher o seu percurso de acordo com os seus interesses e motivações. O sistema não deve permitir que os alunos sejam confrontados com escolhas vocacionais precoces antes de dominarem um conjunto de competências básicas que só podem adquirir pela frequência do ensino básico.

Educação, Formação e Emprego

Tudo isto leva-nos a considerar um conjunto de pressupostos e a uma questão importante: a partir de que idade deverão os jovens poder optar por esta via de ensino (quer seja no ensino secundário, quer seja no ensino superior)?

É óbvio que, no caso dos cursos profissionais, só depois de completarem o seu percurso ao nível do ensino básico, e o mesmo será dizer, que só depois de frequentarem pelo menos 9 anos de escolaridade. É a frequência destes 9 anos com sucesso que lhes pode conferir competências básicas para poderem transitar para um nível de estudos subsequente que complemente as competências já adquiridas com novas competências relacionadas com uma via mais profissionalizante.

No caso do ensino superior, tal como está instituído, só após a conclusão dos 12 anos de escolaridade obrigatória. Julgo que só a partir desta fase da sua vida é que os jovens têm alguma maturidade para poderem fazer as suas escolhas de uma forma mais consciente e concreta do que pretendem para a sua vida no que se refere às suas opções laborais. É depois de terem frequentado o ensino básico e secundário, que os jovens que pretendem prosseguir estudos, podem fazer as suas opções de forma mais sustentada e alicerçada pelas vivências dos 12 anos de escolaridade que já frequentaram.

Em jeito de conclusão, penso que pelo menos temos uma certeza: debater o estado atual da Educação, da Formação e do Emprego ganha uma importância bastante acrescida num cenário de políticas educativas que promovem a equidade no sistema escolar, por via de uma Escola exigente e que não desiste dos seus alunos.

Para terminar, penso que é importante que todos os intervenientes neste processo estejam sintonizados na valorização destas três áreas como um todo.

Francisco Manuel Marques

Delegado Regional de Educação do Algarve